

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



Sala da Comissão de Orçamento: o que sai daqui vai parar onde?

O orçamento, de público, virou obscura atividade privada

Já vão quase quatro anos que o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu o “orçamento secreto”. A decisão foi tomada no dia 19 de dezembro de 2022. Mas nem mesmo a Velhinha de Taubaté, personagem do saudoso Luís Fernando Veríssimo, seria capaz de acreditar hoje que o Congresso acatou a determinação do Supremo e que não há mais orçamento secreto. A decisão elevou ao nível da mais alta Corte do Judiciário brasileiro a história de que há no Brasil leis que pegam e leis que não pegam. A proibição do orçamento secreto virou lei que não pega. Mantém-se com novos apelidos como “emenda Pix” e “emenda de liderança”. E chama a atenção como Câmara e Senado resistem a aceitar um jogo mais transparente. Chama a atenção, mas não espanta. É um jogo bilionário. Que irá irrigar as campanhas eleitorais país afora. Se fosse só isso já seria um problema. Mas é bem mais.

Por que querem manter secreto?

Voltemos à Velhinha de Taubaté. Ainda que ela acredite que toda essa destinação orçamentária vai irrigar campanhas eleitorais, essa já seria a razão de manter o orçamento secreto. Porque não é essa a destinação oficial dessa dinheirama. No modelo tradicional e honesto, um deputado ou senador envia recursos para a sua base eleitoral para fazer determinada obra. E, na campanha, diz que aquela realização só foi possível a partir do seu empenho. Mas não estamos tratando disso.

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



Flávio Dino: orçamento não pode ser “terceirizado”

Emendas de liderança surgem daí

Essa não tem sido a forma como o recurso das emendas orçamentárias mistura-se à campanha político. Ele está sendo literalmente desviado das obras para comprar apoios e cabos eleitorais nas bases. Caixa dois. É a partir daí que surge a primeira distorção, a existência das chamadas “emendas de Liderança”, que fez com que o ministro do STF Flávio Dino orientasse suas baterias contra o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. As emendas de Liderança somaram R\$ 1,3 bilhão em 2025.

Líderes se apoderaram de 16% das emendas

De acordo com relatório da Transparência Brasil, ao qual o Correio Político teve acesso, lideranças partidárias como Valdemar Costa Neto e Eduardo Cunha se apoderaram de 16% das emendas de Comissão da Câmara dos Deputados. Essas destinações foram feitas pelo PL, Republicanos, Progressistas, União Brasil, Podemos, Avante e Solidariedade. A estratégia oculta o destino da emenda. Impede a rastreabilidade.

Opacidade

Não há um número identificador único, conhecido como ID, que permita o acompanhamento do recurso da origem até o destino. “Os achados deste estudo demonstram que ainda persiste elevado grau de opacidade e que (...) as indicações (...) operam com lógica semelhante ao extinto orçamento secreto”, diz o relatório.

82% irregular

Outro relatório feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ajuda a explicar um pouco mais essa predileção pela “opacidade” verificada pela Transparência Brasil. Segundo esse relatório, resultado de 24 auditorias do tribunal para verificar a execução das chamadas “emendas Pix”, 82% das destinações tiveram algum tipo de irregularidade.

100 emendas

Esse segundo relatório do TCU foi obtido pela Folha de S. Paulo. Foram auditadas 100 emendas, que são chamadas de Pix porque elas permitem a transferência diretamente na conta dos governos estaduais e municipais. No caso, o relatório do TCU fala em desvio grave de dinheiro: superfaturamento, fraude em licitação, concorrência forjada...

Contas de passagem

Chama a atenção um termo usado pelos auditores: “contas de passagem”. O dinheiro seria destinado para uma conta e de lá transferido para uma outra. Sem a devida identificação da aplicação final do recurso. De volta “à falta de opacidade”, ela pode servir tanto para o caixa dois de campanha quanto para o desvio mesmo para o bolso.

Mesma lógica

Voltando ao relatório da Transparência Brasil, as “emendas de liderança – emendas de comissão cuja indicação é associada às lideranças partidárias –, operam em lógica semelhante às extintas emendas do relator-geral do orçamento, popularmente conhecidas como orçamento secreto”. A Transparência Brasil recomenda sua imediata extinção.

Não é público

A atividade política é um serviço público. Nada na política pode remeter a atividade privada. O parlamentar é um representante da sociedade que o elegeu. Só pode permanecer prestando contas do que fez à sociedade, que lhe retribuirá com o voto. Nenhum caminho que não seja assim nem é legal nem legítimo. Não há política secreta.

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



Flávio ensaia Daniella, mas o PL resiste à escolha

A uma semana da convenção, Flávio busca um nome para vice

Encontros do PL e do PSD acontecem neste final de semana

Por **Gabriela Gallo**

Enquanto o Congresso Nacional está no recesso parlamentar, que segue até o dia 31 de julho, a semana é voltada para as convenções partidárias, que começam nesta segunda-feira (20) e vão até 5 de agosto, segundo o calendário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nesta semana, ocorrerá a Convenção Nacional do Partido Liberal (PL) no sábado (25) às 8h30, no Mercado Pago Hall - Arena Pacaembu em São Paulo. No evento, será oficializada a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para disputar a presidência. No dia seguinte, no domingo (26), será a convenção partidária do Partido Social Democrático (PSD) na sede da legenda, no bairro Bela Vista, em São Paulo.

Enquanto a convenção do PSD já tem a chapa formada pelo ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado para a presidência e o presidente do PSD, Gilberto Kassab, como vice-presidente, Flávio Bolsonaro ainda precisa escolher um nome para compor sua chapa eleitoral. E, na intenção de atrair o eleitorado feminino, ele vem ponderando escolher uma mulher para ser sua vice-presidente.

Em uma live na noite da última quinta-feira (16), o senador lançou o plano de governo “Brasil por Elas”, voltado para combater a violência doméstica e trazer maior autonomia para as mulheres. Nessa transmissão, o senador estava acompanhado da ex-presidente da Caixa Econômica Federal Daniella Marques (Republicanos), que coordenou o plano e também tem colaborado na pré-campanha eleitoral de Flávio.

Durante a live, o senador verbalizou a possibilidade de Daniella ser vice em sua chapa eleitoral. “Eu já falei várias vezes: a minha preferência é que [a vice] seja uma mulher. Estão falando muito o nome da Dani. Então é importante vocês conhecerem, olhando para a frente”, disse Flávio apontando para Daniella durante a live. O problema de Daniella: o presidente do PL, Valdemar Costa Neto não a quer. Declarou que ela não tem voto.

“Entendo que Flávio tenha anunciado o nome de Daniella antes de haver um acordo com o partido para demonstrar que a iniciativa é dele e, por tomar a dianteira na discussão, colher os dividendos”, avaliou o especialista em Marketing Político Leandro Coutinho.